

A 40ª. edição da Revista Histedbr On Line, relativa ao número de dezembro de 2010, revela pluralismos quanto ao objeto, à periodização, às fontes, bem como relativamente à dimensão metodológica. Por outro lado, também as dimensões geográficas brasileiras conferem diversidades em vista mesmo das diretrizes político-educacionais nacionais ou regionais. E não poderia deixar de sê-lo, posto que tais pluralismos se somam associados ao adensamento da pesquisa histórico-educacional. Esse é o caso da grande maioria dos artigos.

Tal adensamento pode revelar fragmentações, exercícios microscópicos que não se lançam às dimensões sociais da educação, ou mesmo macroscópicos que não se deixam esclarecer pelas dimensões singulares, locais, regionais etc, associados que devem estar à história, sobretudo a de caráter ocidental, da qual somos tributários. Mas esse é um risco a correr, bem como um desafio a responder pelos próprios pesquisadores.

Optou-se, para essa apresentação de fundo, direcioná-la a um exercício de periodização que se exercita contemporaneamente em termos de História da Educação. Trata-se de assumir a periodização como interna ao processo educativo, perspectiva esta ainda em curso na atualidade. Tal norteamento permite fugir da periodização fundada na história política brasileira – expressa pelas clássicas abordagens centradas nos períodos colonial, imperial e republicano -, ou manifesta na determinação econômica, fundada numa perspectiva agro-exportadora, comercial ou industrial.

Ressalte-se a pertinência de que a periodização se faça em torno do processo educativo, seja em vista do atual movimento de pesquisa em torno da História da Educação brasileira, seja em vista do exercício contemporâneo, mas necessário em vista da autonomização da própria História da Educação.

Em tal direção, ao período compreendido pela vigência do jesuitismo, entre 1549 e 1759, apenas um artigo, o de Paulo Romualdo Hernandes, se encontra referido à Companhia de Jesus no Brasil no século XVI.

Para o período compreendido entre 1759 e 1932, conforme proposta de Dermeval Saviani, em História das Idéias Pedagógicas no Brasil, quatro artigos se apresentam situados nesse período, todos referidos, ainda que não explicitamente, à Primeira República no Brasil. São eles pela ordem cronológica de seus objetos: o artigo de Lúcia Helena Moreira de Medeiros Oliveira, o Projeto Romanizador no final do século XIX, que embora se refira à orientação ultramontana e romanizadora sob o patrocínio da Igreja Católica centralizada em Roma ou além dos ultramontes, seu objeto se estrutura para configurar a emergência e a disseminação das instituições escolares católicas no Brasil. O de Carlos Henrique de Carvalho e de Luciana B. de O. B. de Carvalho investe na perspectiva da história comparada entre dois municípios, Mafra, de Portugal, e Uberlândia, MG, Brasil; o de Cláudia M. P. Zanlorenzi, História da Educação, Fontes e a Imprensa, tem como objeto uma revista paranaense, denominada por A Escola (1906-1910); o terceiro artigo é referente aos Profissionalismos do professor primário: Alice da Silva Paes, professora municipal em Uberabinha (1924), e é de autoria de Flávio César Freitas Vieira e Wenceslau Gonçalves Neto.

O terceiro período cobre desde o ano de 1932 – quando eclode o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova – até 1969. Nesse cenário, encontram-se quatro artigos que integram esse número, cujas temáticas versam sobre a educação popular, a migração nordestina e a escolarização em uma cidade do Triângulo Mineiro, educação e tecnocracia no período militar, a teoria do capital humano. Tais temas são respectivamente discutidos por Dulcinéia de Fátima Ferreira Pereira e Eduardo Tadeu Pereira; Saulóber Tarsio de Souza e Daiane de Lima Soares Silveira; Flávio Reis dos Santos e Luiz Bezerra Neto; e, finalmente, Letícia Carneiro Aguiar.

Ao último período, compreendido a partir de 1969 ao tempo presente, os temas histórico-educacionais também são diversificados: em seus oito artigos, estão contemplados o movimento contemporâneo da educação superior privada na América Latina (por Claudio Rama), a educação profissionalizante no Brasil sob a tutela do SENAI (por Meire Terezinha

Müller), a perspectiva extensionista que envolveu a expansão e a interiorização da Universidade Federal de Goiás entre 1972 e 1993 (abordada por Zilda Gonçalves de Carvalho Mendonça), a educação à distância (de Maria de Fátima Rodrigues Pereira), a pedagogia da cidade (por Olivia Morais de Medeiros Neta); em relação ao campo do ensino, destacam-se o de história da educação no Brasil atualmente e em vista da formação de professores (Bruno Gonçalves Borges e Décio Gatti Júnior), o ensino de geografia em região de fronteira brasileira com a paraguaia (por Sivaldo de Macedo Michenco), e o ensino de história compreendido a partir da teoria da atividade de Leontiev (artigo de Maria da Paz Cavalcante e Francisca Lacerda de Góis).

Por último, o artigo de Carlos Alberto Lucena sobre o pensamento educacional de Émile Durkheim dedica-se à análise de algumas de suas obras, visando elucidar as relações entre sociedade e educação, sua concepção antropológica, bem como sua teoria educacional.

Como se observa por essa apresentação de fundo, os períodos contemplados encontram-se relativamente distribuídos entre eles, com exceção do relativo à vigência do jesuitismo, com um só artigo, bem como em relação ao interregno conhecido por imperial, quando vigiam ainda as diretrizes pombalinas.

Os quatro artigos seguintes – em acordo com essa apresentação - se distribuem pelo período demarcado pela emergência e, depois, hegemonia escolanovista até 1969, desde quando vigeria a pedagogia tecnicista, a nova educação fundada nas orientações sistêmica, cibernética, behaviorista e taylorista. Enfim, a tecnocracia, bem mais ampla do que o tecnicismo, estaria se firmando como orientadora não somente da educação, da escola e do ensino, mas revelar-se-ia como opção modelar para dirigir os rumos da sociedade capitalista brasileira desde o triunfo da revolução burguesa.

Aos oito artigos seguintes coube se ocupar com perspectivas contemporâneas adstritas aos últimos 40 anos. Nesse sentido, os períodos-objeto de cada um deles é plural e diversificado, uma vez que há alguns orientados para uma perspectiva macro-social (é o caso da educação superior na América Latina); outros se encontram delimitados pela educação profissionalizante, pela pedagogia da cidade, pela concepção tecnocrática em suas relações com a educação e pelos ensinamentos de geografia e história, uma temática de caráter microscópico, porém esclarecedora sobre as dimensões educacional, pedagógica e didática, de um lado, mas que guarda relações com as finalidades sociais da educação.

Em suma, o eixo que compreende as relações entre educação e sociedade são os sustentáculos de tais artigos. Agostinho diria, num relance, relativamente aos períodos históricos com um passado mais longo ou mais breve: “o que agora claramente transparece é que nem há tempos futuros nem pretéritos. É impróprio afirmar que os tempos são três: pretérito, presente e futuro. Mas talvez fosse próprio dizer que os tempos são três: presente das coisas passadas, presente das presentes, presente das futuras” (Confissões. São Paulo: Editora Abril, 1973, p. 248).

A pesquisa histórico-educacional tem por objeto o passado necessariamente, mas não é a história feita para fazê-lo simplesmente ressurgir. Não se trata por outro lado de afirmar o presentismo, problemático pela defesa de que a investigação do passado deve estar coadunada e vivificada pelo presente. O passado se torna presente pela pesquisa, mas sua função não é o passado pelo passado. Entre este e o presente subsiste, pelo exercício da investigação histórica, uma como que internalização nos bastidores dos projetos de ordem política que alimentam o presente em vista do futuro. Não se trata a história de uma presciência a sustentar o presente ou a especular sobre o futuro. Mas é ela uma luz a compreender como o homem tem produzido a sua existência.

José Carlos Souza Araujo